



O AGRAVAMENTO DA CRISE ESTRUTURAL ECONÓMICA, POLÍTICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE (2014-2024)

João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

O presente texto tem como objectivo sintetizar a evolução dos principais indicadores com ênfase no sector agrário no período 2014-2024 (com limites não rígidos nessas datas). Existem vários textos do OMR sobre estes temas de forma interdisciplinar. No período seleccionado, importantes transformações marcaram os últimos anos no quadro de uma evolução de longa duração que formatou a estrutura da economia e sociedade moçambicana².

São referidos os seguintes macro indicadores: população, Produto Interno Bruto (PIB) orçamento do Estado e dívida pública, balança comercial e cooperação. O texto inicia com uma análise geral do período estudado e termina-se com um resumo e sugestões. São apontados os acontecimentos que mais influenciaram o percurso do país, como, por exemplo, decisões/opções de política económica, as dívidas ocultas e seus efeitos, a guerra de Cabo Delgado e os efeitos políticos e sociais pós-eleitorais. Faz-se uma apresentação baseada em estatística descritiva.

2. ANÁLISE GERAL: DE 2014-2024³

Desde finais do século XX, o país atravessou períodos de agravamento de uma crise estrutural resultante da política económica e de contextos externos, principalmente marcada pelos seguintes aspectos:

- Crescentes desequilíbrios macroeconómicos.
- Grandes investimentos externos na extracção de recursos naturais e de "commodities".
- Empréstimos externos avolumando a dívida externa que se tornou insustentável.
- Investimentos do Estado com financiamento e cooperação externa em infra-estruturas, mas sem posterior manutenção.

¹ Professor Catedrático jubilado. Actualmente é pesquisador do OMR. O autor teve o apoio na recolha e tratamento de informação estatística de Marcelo Mucocana, monitor de pesquisa do OMR.

² Mosca, João. *Globalização como fenómeno de longa duração. Enfoque no século XX em Moçambique*. (no prelo).

³ Os dados estatísticos e correspondentes fontes, encontram-se na secção 2.2.

- Crescimento e centralização do aparelho do Estado, sobretudo nas despesas, em particular dos gastos com pessoal, baixos salários e pagos atrasadamente, agravando o persistente défice orçamental.
- Corrupção aos diversos níveis da administração pública e de relações não transparentes com os grandes investimentos externos e com o tecido empresarial local.

Os investimentos, sobretudo os megaprojectos, foram acompanhados de:

- Maior pobreza⁴ e menor acesso aos serviços públicos devido aos reassentamentos da população retirada das zonas de exploração mineira e maior dívida pública que se tornou insustentável.
- Maiores assimetrias económicas e sociais regionais em consequência dos fluxos populacionais, sobretudo na construção de infra-estruturas (estradas, caminhos-de-ferro e portos) e investimentos na produção agrícola.
- Baixas relações intersectoriais entre o tecido empresarial nacional.

A partir de meados da segunda década deste século, os efeitos dos grandes investimentos e dos conflitos tiveram continuidade:

- Conflito de Cabo Delgado com abrangência nas províncias vizinhas (Niassa e Nampula).
- Instabilidade política e social derivada das guerras e de eleições não transparentes provocando conflitos de duração e intensidade variáveis.
- Conflitos (militares e pós-eleitorais), com repressão policial, militar e empobrecimento gerando centenas de milhar de deslocados necessitados de ajuda humanitária.
- Urbanização acelerada devido a conflitos, busca de emprego (ou subemprego e actividades informais) e proximidade de serviços.
- Criminalidade, sobretudo urbana, derivada do desemprego e poucas oportunidades de obtenção de rendimentos.
- Ciclos curtos de crescimento e recessão económica.

⁴ A pobreza, segundo a avaliação do Banco Mundial em 2022, atingiu em 2019/2020 cerca de 63% do total da população e 78% no meio rural, números que se aproximam à primeira avaliação de 1996/97 após a guerra civil. Sobre os efeitos dos grandes projectos na pobreza, veja Selemane, Thomas (2016). *Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados*. Observador Rural Nº 45. OMR. Maputo. E (Mucocana, Marcelo (2026). *Dinâmicas da pobreza e privações em Moçambique*. Destaque Rural Nº390. OMR. Maputo.

Segundo a linha internacional da pobreza (USD 3,00 por dia e PPC de 2021), em 2022, cerca de 81% da população em Moçambique estava em situação de pobreza. Em 1967, era 87,7% da população. Em *Dinâmicas da pobreza e privações em Moçambique, (2026). Marcelo Mucocana, Destaque Rural nº 390*, com base em dados do Banco Mundial. O governo de Moçambique contestou este indicador referindo a diferença de metodologias diferentes às utilizadas nos cálculos do país. Por outro lado, existem particularidades nos trabalhos quanto ao conceito de pobreza multidimensional e em territórios de recolha de informação.

Em resumo, este período foi marcado por aprofundamento da pobreza, grandes investimentos externos geradores de assimetrias económicas e sociais, maior extroversão, aumento dos défices macroeconómicos de longa duração, crescimento da dívida pública, conflitos e criminalidade.

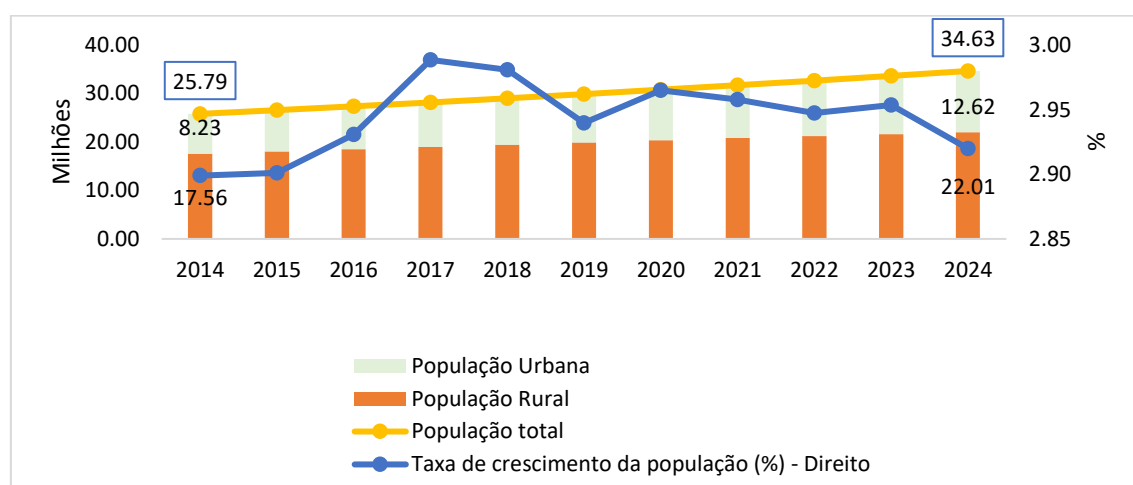
3. ANÁLISE DE ALGUMAS MACRO MAGNITUDES

3.1. População

A população é a variável fundamental, pois tem relações múltiplas com muitas dimensões económicas e sociais.

Entre 2014 e 2024, a população cresceu 34,2%, a uma média de cerca de 3% por ano, mas com ligeiras variações interanuais. A população rural aumentou perto de 25,6%, a uma média de 2,3%. Isto é, a população urbana cresceu mais em percentagem e em volume, provavelmente em consequência de as migrações serem predominantemente de jovens em busca de oportunidades de trabalho (informal ou não) e da maior acessibilidade urbana aos serviços de saúde, educação e água canalizada.

Gráfico 1
Crescimento da população total e rural



Fonte: WDI do Banco Mundial (2026). Elaborado pelo autor.

As grandes questões são as de saber sobre as relações do crescimento demográfico com a evolução do PIB, a distribuição social e espacial da riqueza gerada, o emprego e a pobreza.

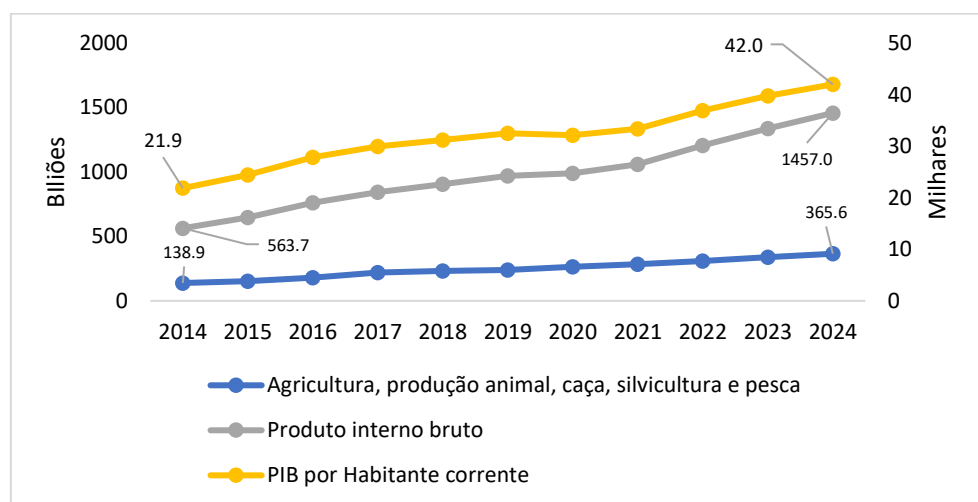
Os grandes investimentos também provocam fluxos migratórios intrarregionais devido aos reassentamentos e à atracção de agentes económicos informais ou pequenas empresas.

Inicialmente (princípios da primeira década deste século), o movimento migratório foi maior para as cidades de Maputo e Beira e depois para a Matola, Nampula, Pemba, Chimoio e Tete.⁵ Há igualmente maior crescimento demográfico em algumas zonas rurais, sobretudo onde existem grandes projectos que atraem pessoal qualificado e pessoas/famílias que criam oportunidades de pequenos negócios informais ou as pessoas são forçadas a deslocar.

Sobretudo no meio rural, persiste uma divisão sexual do trabalho, desde as crianças de tenra idade⁶. As meninas dedicam-se e ajudam nos trabalhos caseiros e casam-se, regra geral com o pagamento de um dote, o "*lobolo*". Os meninos ajudam nos trabalhos agrícolas, no pastoreio do gado e frequentam a escola para, mais tarde, procurarem emprego ou actividades informais fora da família e contribuírem com rendimentos adicionais para o agregado familiar. Nos últimos anos tem havido uma redução da divisão do trabalho com a mulher a participar em actividades económicas e a integração das meninas na escola, embora continue acentuada em muitas famílias, sobretudo no meio rural. Estes e outros aspectos culturais têm influência sobre a evolução demográfica e a mobilidade da população.

3.2. Produto Interno Bruto

Gráfico 2
PIB, PIB da agricultura, pecuária e silvicultura e pescas, e PIB por habitante



Nota: O PIB por habitante é medido no eixo vertical à direita.

Fonte: WDI do Banco Mundial (2026) e INE (2026). Elaborado pelo autor.

⁵ Houve ainda ajustamentos das divisões administrativas.

⁶ Veja Dadá, Yasser (2024). Entre tradição e transformação: dinâmicas de género na agricultura familiar - o caso de Búzi. Destaque Rural nº 279. OMR.

O PIB agrário (agricultura, pecuária, silvicultura e pescas) cresceu 2,6 vezes, entre 2014 e 2024, enquanto o PIB por habitante também aumentou cerca de 2,6 vezes. Porém, o PIB por habitante a preços constantes aumentou 1,9 vezes, o que significa que o poder de compra da maioria da população tem decrescido. O PIB agrário, percentualmente, aumentou mais que o PIB dos restantes sectores, exceptuando a indústria extractiva (veja gráfico 3).

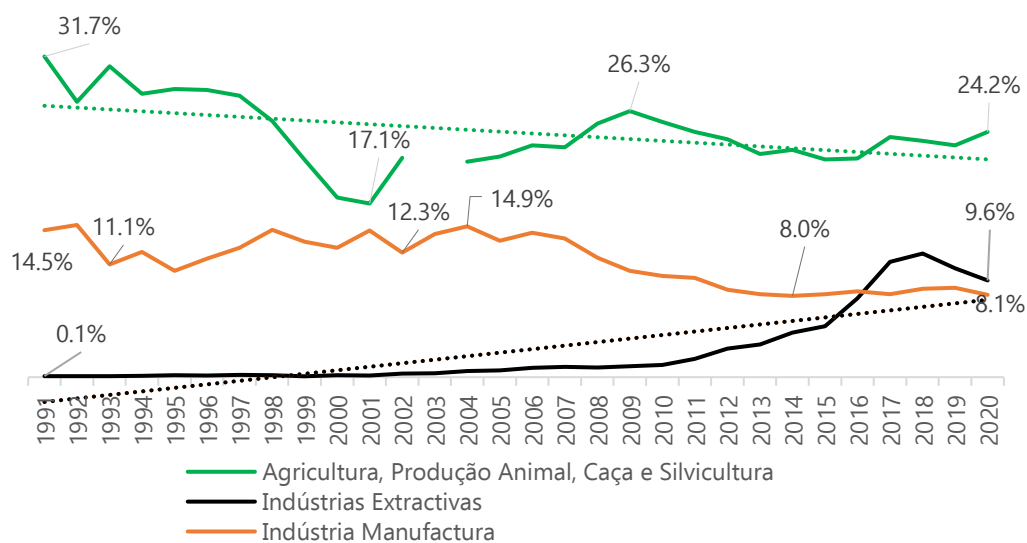
Embora sem a apresentação de dados, o PIB agrário assenta em produtos alimentares (mandioca, milho e vegetais) e para exportação (açúcar, algodão, chá, soja e tabaco), enquanto a indústria extractiva assenta no carvão, gás, ouro, areias pesadas e outros, podendo-se deduzir o reforço de uma economia dual, extrovertida com poucas relações intersectoriais e de natureza subdesenvolvida⁷.

Estas características constituem os alicerces da economia moçambicana desde os princípios da colonização (século XV, sobretudo em infra-estruturas) e, anteriormente, com as trocas comerciais ao longo da costa e alguns corredores de penetração árabe. No quadro do desenvolvimento espacial, essas são as zonas actualmente mais desenvolvidas (corredores de desenvolvimento, algumas cidades e zonas de produção agrícola). No período analisado, principalmente desde os princípios do século XXI, o sector mineiro e gás teve participação crescente na formação do PIB, conforme se observa no gráfico 3.

O gráfico 3 revela uma perda de importância da agricultura e da indústria manufactureira e um aumento dos sectores extractivos depois de 2009/2010.

⁷ Existem vários autores que explicam, sob diferentes perspectivas o subdesenvolvimento, desde Arthur Lewis com a economia dual, o centro-preferia de Samir Amin, A troca desigual de Arghiri Emanuel, os estruturalistas latinos da CEPAL com Theotónio dos Santos, entre outras escolas de pensamento.

Gráfico 3
Evolução sectorial do Produto Interno Bruto em percentagem



Fonte INE (2026). Elaborado pelo autor.

O quadro 1 apresenta a evolução da população, do PIB por habitante, do PIB a preços constantes e da inflação. À excepção da população, observa-se uma grande variabilidade (instabilidade) desses indicadores em ciclos de muito curta duração, sendo impossível deduzir algum padrão (relação de causa-efeito) dessas variabilidades.

Quadro 1
Crescimento da população e do PIB e evolução da inflação

Ano	Crescimento da população (%)	Crescimento do PIB constante (%)	Crescimento por habitante (%)	Taxa de Inflação (%)
2014	2,90	7,70	4,63	1,93
2015	2,90	7,39	4,32	10,55
2016	2,93	4,70	1,67	25,27
2017	2,99	2,64	-0,38	5,65
2018	2,98	3,48	0,45	3,52
2019	2,94	2,32	-0,65	3,5
2020	2,96	-1,22	-4,11	3,52
2021	2,96	2,38	-0,61	7,15
2022	2,95	4,36	1,34	10,91
2023	2,95	5,48	2,43	4,15
2024	2,92	2,17	-0,79	3,23

Fontes: Banco Mundial, elaborado pelo autor.

Em 2025, o crescimento do PIB foi de -0,2%. A continuidade da guerra de Cabo Delgado, a instabilidade pós-eleitoral de 2024 e consequente retracção do investimento, contribuíram para este comportamento da economia

3.3. Orçamento do Estado

O orçamento do Estado reflecte importantes aspectos da economia, como, por exemplo:

- O volume de recursos é extraído dos contribuintes: empresas (imposto sobre os rendimentos, taxas alfandegárias e outras), trabalhadores (imposto sobre os rendimentos) e consumidores (por exemplo, o IVA⁸).
- Existem várias formas de avaliar as despesas públicas, como é o caso da relação entre as despesas e as receitas, a percentagem das despesas no PIB, a relação dos diversos componentes da despesa (em o pessoal, o investimento e na dívida pública interna e externa, etc.).
- É economicamente aceitável que os gastos correntes orçamentais e o serviço da dívida pública sejam suportáveis numa gestão sustentada do Orçamento (por exemplo entre 15% e 30% do PIB⁹). As receitas situam-se à volta de 26% do PIB. Porém, a dimensão produtiva influencia a capacidade de arrecadação de impostos, o que obriga a uma fiscalidade elevada.

Os gastos dependem principalmente do tamanho do aparelho de Estado, o que, dado o seu sobredimensionamento, se reflecte inversamente na capacidade de actuação da administração pública, dos serviços aos cidadãos (saúde, educação, água canalizada, segurança social, etc.¹⁰), do investimento público, do nível da dívida, dos níveis de centralização e da transparência dos processos administrativos, aspectos que contribuem para a eficiência ou morosidade administrativa. Podem também existir subsídios ao consumidor e às empresas pagos através dos prestadores de serviços¹¹.

O gráfico abaixo indica uma elevada percentagem das despesas de funcionamento e com tendência crescente, implicando a redução percentual dos gastos em investimento público. Este indicador manifesta um aparelho de Estado consumidor de recursos da

⁸ O IVA é imputado, no fim da cadeia produtiva, aos preços dos bens consumidos.

⁹ Este é um indicador que varia de país para país, conforme a realidade económica e os equilíbrios macroeconómicos, a capacidade produtiva e de obtenção de receitas, a estabilidade social e a estrutura do aparelho do Estado. No caso de Moçambique, entre 2014 e 2024, os gastos públicos rondam entre 15% e 35%.

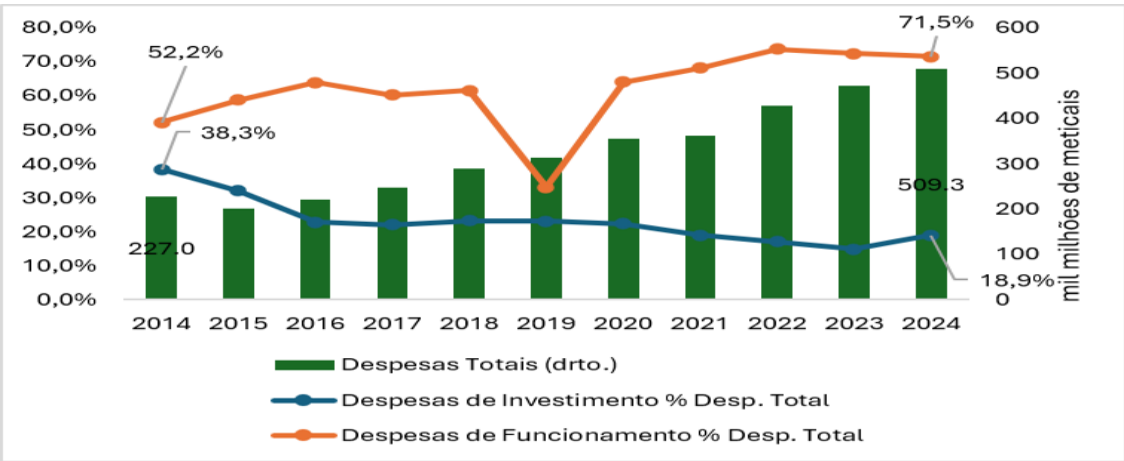
¹⁰ A protecção/acção social apresentou maior volatilidade relativa, atingindo o máximo de 13.587,5 milhões de MZN em 2021. Em 2024, recuou para 5.985,5 milhões, praticamente o valor de 2014. A educação apresentou a maior participação média, de 19,1%, com máximo de 21,3% em 2016 e 17,2% em 2024. A Educação manteve, assim, prioridade relativa elevada, embora sem aumento contínuo. A saúde registou peso médio de 9,1%, atingindo o máximo de 11,1% em 2023, antes de recuar para 10,0% em 2024. Em *Conta Geral do Estado (2014–2024)*.

¹¹ Como, por exemplo, os transportes públicos urbanos, as taxas sobre importação de alguns bens alimentares.

economia. Os dois gráficos abaixo indicam dados relevantes sobre as despesas e receitas públicas.

De ressaltar que os gastos na defesa não estão disponíveis (presença de militares estrangeiros, importação de equipamento militar, etc.)¹².

Gráfico 4
Despesas totais, de funcionamento e de investimento do Estado



Fonte: Contas Gerais do Estado (2014–2024). Elaborado pelo autor.

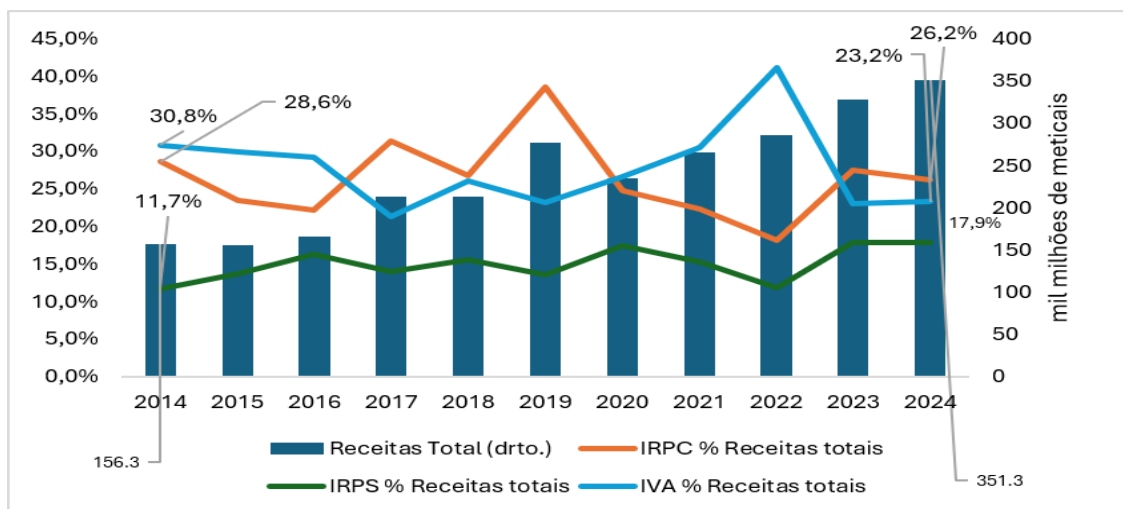
Na maioria dos anos, as receitas do Estado provêm dos impostos sobre os lucros das empresas (IRPC), seguido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (que recai sobre os preços aos consumidores) e dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (assalariados - IRPS).

O peso do IRPS no total de receitas aumentou entre 2014 e 2024, passando de 11,7% para 17,9%. Somando o IRPS e o IVA, os cidadãos contribuíram com 42,7% e 44,1% das receitas do Estado, em 2014 e 2024.

O gráfico abaixo revela as principais fontes de receita do orçamento público:

¹² Os gastos militares são considerados de segurança de Estado. Considerando a quantidade das forças de defesa e segurança e dos equipamentos, pode-se deduzir constituírem elevados custos. Igualmente não se conhecem as formas de pagamento.

Gráfico 5
Receitas do Estado



Fonte: Contas Gerais do Estado (2014–2024). Elaborado pelo autor.

A prioridade da agricultura no quadro da política económica permanece somente nos discursos, conforme revela o quadro abaixo. A indicação da percentagem de 10% para a agricultura e desenvolvimento rural assumida pelos governos africanos (acordos de Maputo e de Malabo - 2014) ainda não foi cumprido, tendo-se aproximado em 2018 e 2019.

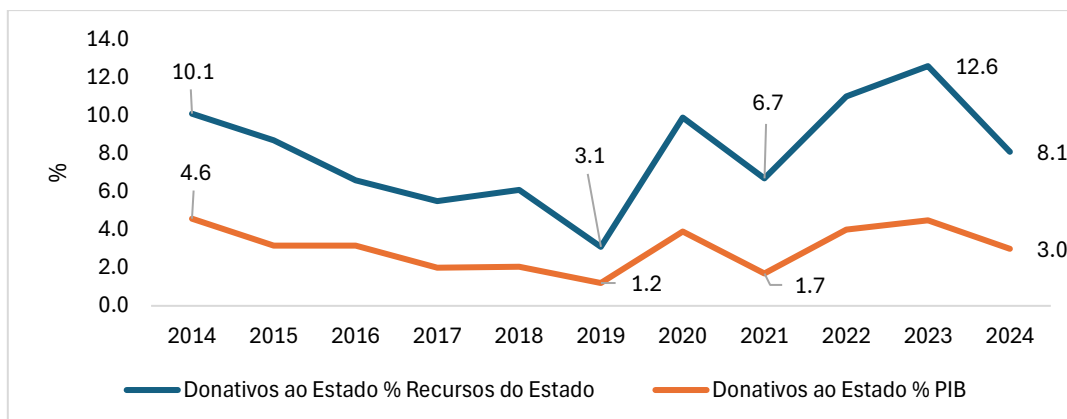
Quadro 2
Percentagem dos gastos do Estado na agricultura

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
6,1	6,5	6,1	6,9	9,7	9,2	5,1	5,0	6,8	4,5	3,4

Fonte: Contas Gerais do Estado (2014–2024). Elaborado pelo autor.

A cooperação tem um importante peso nos recursos do Estado. No período estudado (gráfico 6), a cooperação teve um contributo variável com baixa entre 2016 e 2021, certamente como efeito das dívidas ocultas tanto de organizações internacionais como de países. Semelhante comportamento teve o seu peso sobre o PIB.

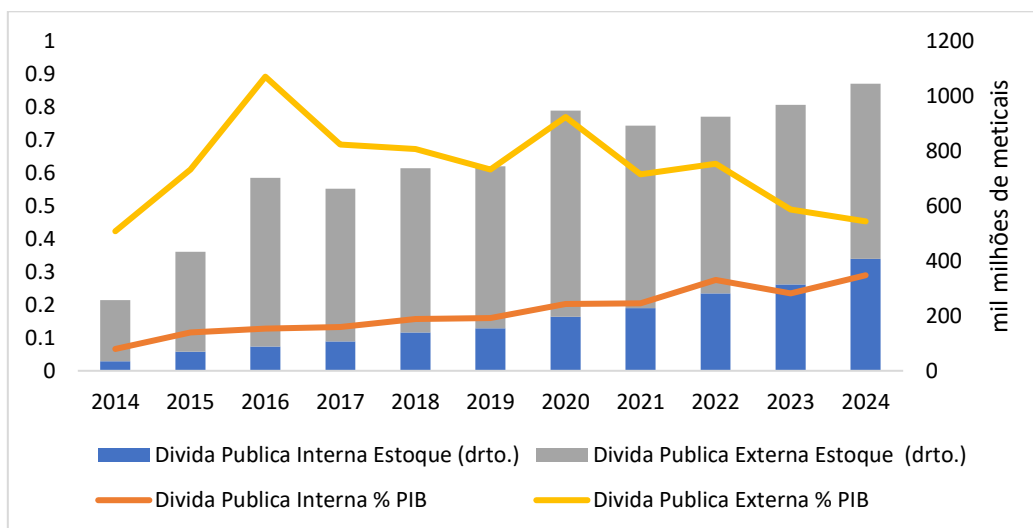
Gráfico 6
Contributo dos donativos nos recursos do Estado e no PIB, em percentagem



Fonte: Contas Gerais do Estado (2014–2024). Elaborado pelo autor.

O orçamento do Estado manifesta, comparativamente à dimensão da economia (medida pelo PIB), incapacidade de obtenção de receitas. Verifica-se ainda um crescente aumento das despesas de funcionamento e baixo nível de investimento público. Em consequência destas constatações, os cidadãos são os que mais suportam os gastos públicos, o que tem repercussões sobre os rendimentos e o poder de compra (através do IVA) e, portanto, sobre o nível de vida. A estrutura orçamental é de longa duração com ciclos correspondentes aos ciclos económicos.

Gráfico 7
Dívida pública



Fonte: Contas Gerais do Estado (2014–2024). Elaborado pelo autor.

A dívida pública em percentagem do PIB aumentou de 49% em 2014 para 74% em 2024. Houve um abrandamento do peso da dívida no PIB e do valor da dívida externa a partir de 2014, após a chamada crise das dívidas ocultas e do ciclo de crise económica

posterior, não obstante as pressões das Instituições de Bretton Woods (IBW) e os efeitos da COVID-19 que abrangeu também os países financiadores.

A dívida interna compensou em certa medida a queda do financiamento externo (sobretudo em valor), devido a acordos de adiamento de pagamentos de contractos e à redução dos ritmos de investimentos externos em carteira ou em execução.

Quadro 3
Dívida pública

	2014	2024
% da dívida interna/PIB	7	29
% da dívida externa/PIB	42	45
Total da dívida/PIB	49	74
Stock da dívida interna (mil milhões de MZN)	34,8	407
Stock da dívida externa (mil milhões de MZN)	222,6	637
Total do stock	257,4	1.044

Fonte: Conta Geral do Estado.

As empresas e os bens localmente produzidos (excepto os exportados), por pelos benefícios fiscais e outras razões, mantêm uma baixa competitividade. As empresas estão sujeitas a distorções dos mercados e à influência política ou das elites políticas. Não menos importante, muitas empresas privadas são credoras do Estado por via do incumprimento dos pagamentos de serviços e de bens diversos prestados¹³. As empresas com participação do Estado, geralmente deficitárias, são financiadas por crédito bancário e, directa ou indirectamente, pelo orçamento público.

Estes aspectos, juntamente com a carga fiscal, as elevadas taxas de juro (MIMO e de mercados¹⁴), a escassez de divisas, a baixa produtividade do factor trabalho e baixa intensidade do capital, as distorções dos mercados, a ineficiência do aparelho burocrático do Estado, a politização das empresas públicas e de muitas privadas, e os riscos da instabilidade política e social, retraem o investimento e dificultam a competitividade às empresas de capital externo.

Historicamente, após a independência houve nacionalização de grande parte do tecido empresarial, formando-se as empresas estatais que, perante os maus resultados da maior parte, foram posteriormente privatizadas, beneficiando em grande medida as elites

¹³ Estima-se que actualmente o Estado tenha uma dívida às empresas de cerca de 180 milhões de dólares. Esta dívida chegou a aproximar-se a 500 milhões de dólares, tendo sido reduzida por pagamentos efectuados, mas acompanhada de falência das empresas credoras.

¹⁴ Taxa de política monetária estabelecida pelo Banco Central (Mercado Interbancário de Moçambique). A Associação Moçambicana de Bancos acrescenta uma taxa por riscos da economia e outros factores.

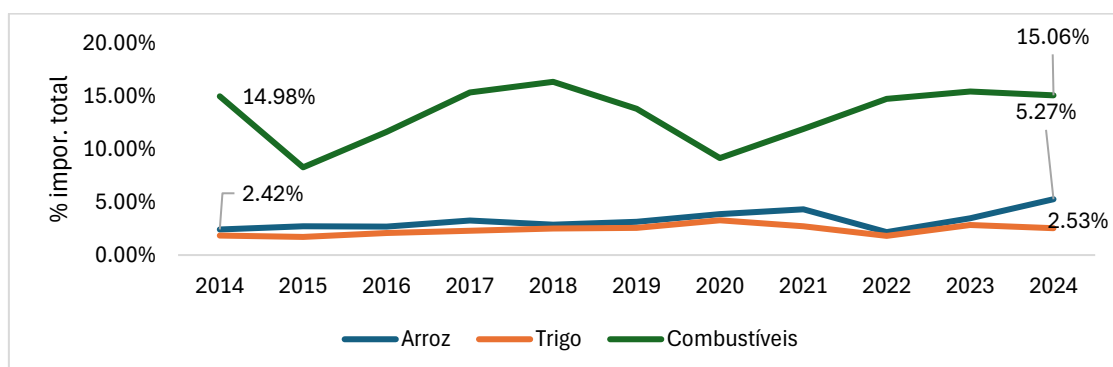
nacionais. Este processo culminou em desindustrialização. Este percurso levou à actual baixa participação da indústria transformadora no PIB.

3.4. Balança comercial: importações e exportações

As principais importações têm sido os bens de consumo, sobretudo combustíveis, arroz, trigo e outros bens consumidos principalmente nos centros urbanos. As exportações foram sobretudo de carvão, gás natural, tabaco e algodão¹⁵. Verifica-se que as importações e as exportações têm tido uma importante instabilidade. No caso das importações deveu-se a restrições de importação de alguns bens e à escassez de divisas. O alumínio da MOZAL, encerrada em 2026, foi a principal exportação (cerca de 30% do total das exportações do país), com destino a países europeus, importando a matéria-prima (a alumina) sobretudo da Austrália.

Em resumo, o país depende de bens alimentares essenciais importados e de exportação de *commodities* não ou pouco consumidos ou transformados internamente.

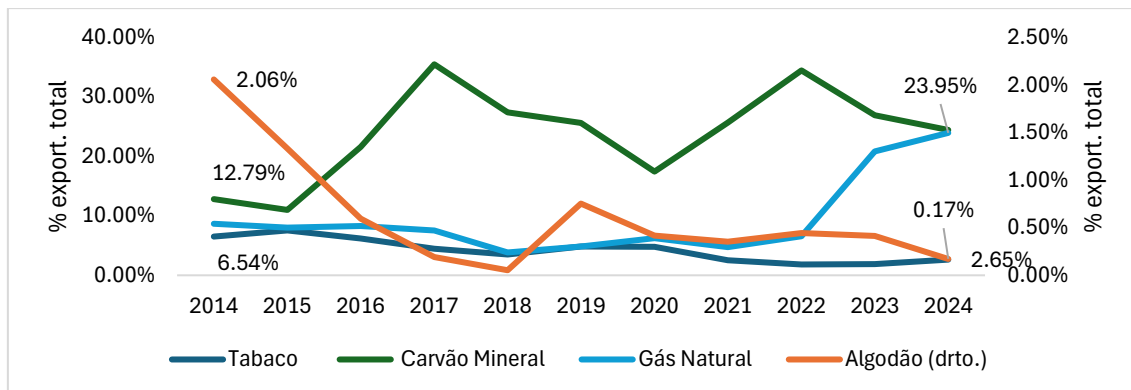
Gráfico 8
Principais importações



Fonte: Banco de Moçambique (2026). Elaborado pelo autor.

¹⁵ Banco de Moçambique, vários anos.

Gráfico 9
Principais exportações¹⁶



Fonte: Banco de Moçambique (2026). Elaborado pelo autor.

A taxa de cobertura da balança comercial (gráfico a seguir) revela um acentuado e persistente défice da balança comercial (exportações/importações em percentagem). O aumento da taxa de cobertura resulta das exportações de gás natural e de restrições às importações.

Quadro 4
Taxa de cobertura da balança comercial

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Cobertura ¹⁷	39,2	49,2	47,2	63,4	57,6	54,3	48,9	56,3	58,3	75,5	79,9

Fonte: INE (2026). Elaborado pelo autor.

4. RESUMO

Deste texto pode-se depreender que o país possui uma economia débil revelada por baixos níveis do PIB (valor e por habitante), sujeita a ciclos económicos curtos recessivos, não competitiva e com um ambiente de negócios desfavorável, com défices persistentes do orçamento do Estado e da balança comercial, instabilidade política e social, e incapacidade nacional de resiliência ambiental. A breve análise apresentada indica que a crise económica se aprofundou nos últimos anos, no contexto da crise estrutural de longa duração.

¹⁶ Excluindo o alumínio. Veja mais adiante.

¹⁷ Exportações/importações em percentagem.

A elevada carga fiscal é suportada pelos consumidores e empresários que sustentam um aparelho de Estado sobredimensionado, centralizado, burocratizado e não transparente, o que contribui para a redução dos rendimentos líquidos dos consumidores, sendo um dos factores económicos geradores da pobreza. Persiste a instabilidade política e social, os deslocamentos populacionais (derivados dos grandes investimentos externos, dos conflitos militares e de migrações internas).

A questão principal da sociedade é a pobreza resultante de vários factores económicos, políticos e sociais que se interagem e por eles são determinados.

A secundarização da agricultura, da comercialização agrária (com troca desigual desfavorável para os produtos agrários), da indústria agro-alimentar e de infra-estruturas (estradas e transportes), são elementos fundamentais do desenvolvimento rural e não estão de acordo com a Constituição desde a independência.

O país possui uma forte dependência externa (IDE, cooperação e ajuda alimentar e humanitária) e com uma taxa de cobertura baixa das importações pelas exportações.

Pode-se afirmar que o país não possui capacidades para iniciar uma fase de arranque económico e com estabilidade social sem um importante contributo externo, o que, não é provável no actual contexto internacional. A crise económica e social perdurará a médio prazo, caso não existam reformas apresentadas neste texto.

5. SUGESTÕES

O desenvolvimento rural com base na agricultura, deveria ser o objectivo central do desenvolvimento económico e social. O volume da população residente e com rendimentos principalmente provenientes da actividade agrária, o peso na formação do PIB, a maior incidência rural da pobreza, a insegurança alimentar e menores acessos à saúde e educação e água canalizada, a baixa mobilidade de pessoas e mercadorias, etc., justificam essa prioridade que não seja adoptada, não obstante estar definida desde a primeira Constituição após a independência.

O desenvolvimento rural está associado, a montante da produção agrária e do desenvolvimento rural, pela a investigação/tecnologia (estudos dos solos, recursos hídricos, clima, produção de sementes básicas e combate a doenças e pragas). É importante a capacitação e cobertura espacial da extensão rural como elo de transmissão entre a investigação e os produtores. É necessário que, no contexto dos sistemas e tradições, exista uma priorização de zonas e dos produtos a realizar, para a incidência das medidas governativas.

O sistema de armazenagem desde o produtor aos comerciantes, da indústria agro-alimentar até aos portos de importação e exportação, é importante para a redução das

perdas pós-colheita¹⁸. De forma associada, é importante a manutenção e alargamento das infra-estruturas de transportes terrestres (caminhos-de-ferro e estradas de diferentes níveis territoriais) para que exista a mobilidade fluída e acessível de pessoas e mercadorias. É evidente que a agricultura possui elevadas relações intersectoriais.

É importante que exista o desenvolvimento da agro-indústria associada à produção de forma a acrescentar valor no tecido empresarial local e criar emprego. É igualmente importante a indústria ligeira nacional relacionada com o consumo da população (alimentos não localmente produzidos - sal, açúcar, petróleo de cozinha e para iluminação, bicicletas, motas, etc., têxteis, calçado, materiais de construção, entre outros) que melhorem a vida.

Não menos importante, é fundamental que os serviços aos cidadãos (principalmente saúde, educação e água canalizada), tenham uma maior cobertura territorial e sejam melhor capacitados em recursos humanos. Os extensionistas deveriam possuir formação interdisciplinar e não somente em técnica agronómica.

É necessário reformar as instituições do Estado capacitando-as com técnicos competentes recrutados independentemente de filiações partidárias. O aparelho de Estado deve ser descentralizado nos poderes de decisão e gestão de recursos legalmente definidos. As instituições abrangem também as diferentes formas de organização dos agentes económicos e das comunidades com poderes de decisão e influência estabelecidos.

O princípio do desenvolvimento endógeno só pode ser concretizado com a mobilização de recursos nacionais e a implementação de políticas que estimulem os agentes económicos e as empresas de diferentes dimensões em redor do desenvolvimento rural, e da indústria que responda à procura dos cidadãos e do país. Incentivos às empresas como taxas de juro mais ajustadas à inflação, fiscalidade e taxas alfandegárias positivamente discriminatória e reduzida para os bens essenciais da procura, poderão ser revistos, assim como as políticas agrárias. As políticas públicas devem considerar bens e zonas prioritários, onde incidir as medidas governativas coordenadas com planos multisectoriais, cujos resultados só podem ser registados e revistos a médio e longo prazos. Para o efeito, é essencial que existam profundas reformas institucionais.

É necessário que o desenvolvimento se focalize na redução da pobreza e na paz.

¹⁸ Existem perdas elevadas na e após a produção e nas vendas. As perdas podem ultrapassar mais de metade da produção na maioria dos produtos agrícolas. Veja em Abbas, Máriam e Mosca, João (2021). *Análise do Inquérito Agrário Integrado 2020. IIAM*. OMR. Maputo.

As perdas resultam das condições de produção (doenças, pragas, clima, etc.), na armazenagem e, finalmente, na venda (transporte, humidade dos grãos, pesagens, etc.).